





**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001B/2011**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE  
TELEFONIA FIXA PARA O GOVERNO DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Pelo presente instrumento, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, Serra Verde, nesta Capital, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. 05.461.142/0001-70, representado neste ato pelo Sr. Paulo Sérgio Martins Alves, Secretário-Adjunto, MASP 341795-3, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 204.303.886-91, portador do RG nº. MG-719295, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa Tim Celular S/A estabelecida na Avenida Giovanni Gronchi, 143 – Vila Grande, São Paulo/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº. 04.206.050/0001-80, neste ato representado pelos Srs. Lorenzo Frederico Zanotti Lindner, brasileiro, solteiro, diretor, portador da CI 09631430-7 - ISP/RJ, CPF: 025.275.667-31 e Daniel Junqueira Pinto Hermeto, brasileiro, casado, diretor, portador da CI 23804412-9, CPF: 004.078.756, doravante denominado FORNECEDOR, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com fundamento nos Decretos 44.787 de 18/04/2008 e 44.431 de 29/12/2006.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Longa Distância Nacional, para ligações exclusivamente originadas dos terminais móveis do Plano Corporativo, conforme tabelas constantes no Item 4, do Anexo I do Edital Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 001A/2011, para ligações originadas das estações móveis deste Plano, na forma de um Plano Corporativo a serem contratadas pelos órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais arrolados no Anexo X do referido Edital como órgãos participantes, e tendo a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, como Órgão Gestor.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**





Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Subsecretaria de Gestão



São os itens integrantes deste certame e seus respectivos preços:

Longa Distância Nacional	A – Consumo por acesso	B – Nº. de Acessos	C - Preço Unitário (com ICMS)	D – Total (A x B x C)
VC-2 - ligação feita p/ fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31.	25	11.100	R\$ 0,60	R\$ 166.500,00
VC-2 <sup>2</sup> - ligação feita p/ móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja igual a 3, exceto 31.	19	11.100	R\$ 1,01	R\$ 213.009,00
VC-3 - ligação feita p/ fixo de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3.	5	11.100	R\$ 0,61	R\$ 33.855,00
VC-3 <sup>2</sup> - ligação feita p/ móvel de localidades cujo primeiro dígito do CNL seja diferente de 3.	4	11.100	R\$ 1,01	R\$ 44.844,00
VC-2 R- ligação VC-2 p/ fixo feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).	1	11.100	R\$ 0,60	R\$ 6.660,00
VC-2 R2 <sup>2</sup> - ligação VC-2 p/ móvel feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).	1	11.100	R\$ 1,01	R\$ 11.211,00
VC-3 R- ligação VC-3 p/ fixo feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).	1	11.100	R\$ 0,61	R\$ 6.771,00
VC-3 R3 <sup>2</sup> - ligação VC-3 p/ móvel feita quando o aparelho estiver em <i>roaming</i> (em minutos).	1	11.100	R\$ 1,01	R\$ 11.211,00
E – Total Mensal com ICMS (Σ de D)			R\$ 494.061,00	
F – Valor da alíquota de ICMS aplicável			-	
G – Total Anual com ICMS (F x 12)			R\$ 5.928.732,00	

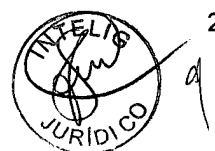
**Parágrafo Primeiro** - Nos preços fixados, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços e todos os encargos, incidentes sobre o serviço.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:**

**3.1.** Os valores dos preços, cujos serviços correspondentes estejam compreendidos no contrato, poderão ser reajustados em decorrência de autorização da ANATEL, mediante aplicação dos índices ou percentuais divulgados por esta.

**Parágrafo Primeiro:** o preço mensal será mantido fixo durante o período da contratação, ressalvadas as previsões contidas no art. 65 da Lei 8.666/93 e no Decreto 44.787/08, observadas as circunstâncias específicas de cada caso.

**Parágrafo Segundo:** a possibilidade de reajuste do contrato deverá observar, contudo, o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou, no caso de ocorrência reincidente, da data do último reajuste, salvo expressa disposição legal em sentido diferente.





**Parágrafo Terceiro:** caberá ao FORNECEDOR efetuar os cálculos referentes ao reajuste desejado e, por meio de ofício à CONTRATANTE, acompanhado de nova planilha de preços, solicitar a adequação de preço reputada necessária.

**Parágrafo Quarto:** Na hipótese de majoração de tarifas decorrente de reajuste, a CONTRATANTE se obrigará ao pagamento dos novos valores a partir da data de sua vigência, respeitado o interregno de 1 (um) ano, independente da celebração de termo aditivo ou de novo contrato.

**Parágrafo Quinto:** Ocorrendo o reajuste autorizado de tarifas, deverá o FORNECEDOR encaminhar à CONTRATANTE o novo Plano de Serviços (Básico ou Alternativo) em que se baseou sua proposta, para que a CONTRATANTE proceda a correta fiscalização do contrato, levando em conta o(s) desconto(s) ofertado(s).

**Parágrafo Sexto:** Caso seja determinada a redução das tarifas pela ANATEL, ficará o FORNECEDOR, de igual modo, obrigada a repassá-la à CONTRATANTE.

**3.2.** A alteração de valores de que trata esta cláusula somente será possível quando, a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública.

#### **CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**4.1.** O serviço objeto desta licitação deverá ser prestado pelo fornecedor vencedor de acordo com o edital, a proposta vencedora, as cláusulas da presente Ata e da Minuta de Contrato anexa ao edital.

**4.2.** Os órgãos e entidades não estão obrigados a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA**

**5.1.** O prazo de validade deste Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da Ata, no Diário Oficial do Estado, prorrogável nos termos do Decreto nº. 44.787, de 18 de abril de 2008 e alterações.





## **CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

**6.1.** Compete à SEPLAG, órgão gestor, por meio da SUGES, as atribuições abaixo, além do exposto no Art. 5º do decreto 44.787/08:

**6.1.1.** Administrar a presente Ata, devendo para tal, nomear um gestor para acompanhamento das prestações realizadas.

**6.1.2.** Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

**6.1.3.** Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.

**6.2.** Competem aos órgãos e entidades, as atribuições abaixo, além do exposto no Art. 7º do decreto 44.787/08:

**6.2.1.** Requisitar via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

**6.2.2.** Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado.

**6.3.** Compete ao FORNECEDOR:

**6.3.1.** Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial, o objeto dessa licitação na forma e condições fixadas nesta Ata, mediante requisição do órgão ou entidade contratante, devidamente assinada pelo agente responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 001A/2011;

**6.3.2.** Retirar e assinar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar de seu recebimento;

**6.3.3.** Fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

**6.3.4.** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou pela SUGES referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;





**6.3.5.** Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

**6.3.6.** Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas;

**6.3.7.** Aceitar remanejamentos ou redistribuições de quantitativos entre os órgãos participantes, feito pelo órgão gestor - SEPLAG, observado o disposto Art. 6º do Decreto 44.787/08;

**6.3.8.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Estado de Minas Gerais ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;

**6.3.9.** Cumprir os prazos estipulados neste Edital Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 001A/2011.

**6.3.10.** Observar as obrigações dispostas no Edital e seus anexos e Proposta Comercial.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DA ATA**

**7.1.** A Ata poderá ser alterada nos termos do Decreto 44.787 de 18 de abril de 2.008

#### **CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** O fornecedor poderá ter seu registro cancelado, nos termos do Decreto 44.787:

**8.1.1.** Pela Administração quando:

- a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços;
- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- c) ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do Registro de Preços;





d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este ser superior aos praticados no mercado;

e) der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e

f) por razão de interesse público, devidamente justificado pela Administração;

**8.1.2.** Pela própria empresa prestadora do serviço de telefonia fixa, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, pela ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta Ata, bem como perdas e danos.

**8.2.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

## **CLÁUSULA NONA - PENALIDADES E DAS MULTAS**

**9.1.** O detentor do preço registrado sujeita-se às seguintes penalidades:

**9.1.1.** Multas sobre o valor do pedido:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

**9.1.2.** Demais sanções estabelecidas no edital e seus anexos, na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei 13.994, de 18 de setembro de 2001, e Decreto nº. 44.431 de 29 de dezembro de 2006.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicado o respectivo extrato no Diário Oficial do Estado.

**10.2.** Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 001A/2011.





**Governo do Estado de Minas Gerais**  
**Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**  
**Subsecretaria de Gestão**



**10.3.** Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente ata em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 04 de março de 2011.

Paulo Sérgio Martins Alves  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Lorenzo Frederico Zanotti Lindner  
TIM CELULAR S/A

Daniel Junqueira Pinto Hermeto  
TIM CELULAR S/A

Rodrigo Diniz Lara  
Gestor do Registro de Preços  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

TESTEMUNHA  
MNSP: 1160075-8

TESTEMUNHA  
Map 348.076.1

